



MINERAÇÃO, DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E IDENTIDADES EM MOVIMENTO: um olhar sobre as comunidades atingidas pela Vale e Riversdale em Moatize, Moçambique

Mining, compulsory displacements and identities in movement: any overview of the communities affected by Vale and Riversdale in Moatize, Mozambique

Eduardo Jaime Bata

Universidade Pedagógica de Nampula, Moçambique
eduardobata1983@gmail.com

Celene Cunha Antunes Barreira

Universidade Federal de Goiás
celenemonteiro05@gmail.com

Resumo

Em Moçambique, o debate sobre os grandes projetos de investimento (GPIs) vem crescendo significativamente, sobretudo nos últimos dez anos. Dum debate, exclusivamente, dos economistas, a discussão sobre os efeitos dos megaprojetos em diferentes escalas passou a interessar, igualmente, aos sociólogos, geógrafos, ambientalistas e especialistas em saúde pública. Sob diversos enfoques, cada uma dessas áreas busca nas discussões sobre os megaprojetos, explorar uma dimensão específica, isto é, a que mais interessa aos objetivos da pesquisa. Este artigo analisa as transformações espaciais ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, buscando compreender como essas modificações afetaram a estrutura social e a identidade da população atingida. A partir da leitura integrada e dialética das categorias espaço e território (explorando os seus desdobramentos sobre a identidade); do trabalho de campo realizado entre 2015 e 2016, em Moatize, assim como da pesquisa bibliográfica, podemos dizer que com o início da extração do carvão mineral assistiu-se a uma rápida transformação espacial, afetando assim as referências sobre os lugares, bem como a identidade das comunidades atingidas pela Vale e Riversdale. De fato, elementos simbólicos como o Rio, a antiga casa e a *machamba*, foram perdidos com o reassentamento.

Palavras-chave: Megaprojetos. Deslocamentos compulsórios. Transformações espaciais. Identidades. Símbolo.

Abstract - In Mozambique, the debate on major investment projects (GPIs) has been growing significantly, especially in the last ten years. From the debate exclusively dominated by economists, the discussions about the effects of megaprojects in different scales started to interest also sociologists, geographers, environmentalists and public health researchers. Under different approaches, each subject search in the discussions about megaprojects to explore a specific dimension, that is, the most important to the research aims. This paper analyzes the spatial transformations which occurred in Moatize, with the beginning of coal exploitation, seeking to understand how these changes affected the social structure and the identity of the population. From

the integrated reading and dialectic of some categories such as space and territory; the field work performed between 2015 and 2016 in Moatize, and bibliographical research, we argue that with the beginning of coal exploitation occurred a rapid changes, affecting thus the references about places, as well as the identity of communities affected by Vale and Riversdale. In fact, symbolic elements like the River, the olde house and farm, were lost with the compulsory resettlement.

Key - words: Megaprojects. Compulsory shifts. Spatial changes. Identities. Symbol.

[...] nós não queremos mudar-nos, mas a empresa está a forçar-nos a mudar. Vocês têm que ir [...]. Este é o meu lugar. Eu nasci aqui. *Dói-me muito deixar o lugar* onde eu nasci e ir morrer noutra lugar...

[Ex-residente de Chipanga, entrevistada pela HUMAN RIGHTS WACTH, 2013, grifo nosso].

Introdução

A exploração da natureza e de seus elementos (florestas; minerais metálicos e não metálicos; água; solo, entre outros) vive um período inusitado desde as últimas décadas do século XX e, precisamente, nas primeiras do século XXI. Esse processo emanado dos países capitalistas "centrais" e comandado, atualmente, por grandes corporações transnacionais que atuam com aval do Estado em múltiplas escalas, conforme assinalam Marx (1977), Harvey (2004) e Mészáros (2011), são responsáveis pelos arranjos em curso, um pouco por todo o mundo.

Na lista desses arranjos e, visando permitir a expansão do capital, destaca-se, principalmente, a construção de infraestruturas de grande peso socioambiental, tais como: barragens, ferrovias, plantas de mineração, terminais ferro-portuário que constituem o capital fixo para a produção, resultando, frequentemente, no deslocamento compulsório da população para áreas, até então, não "incorporadas" ao circuito produtivo capitalista.

Sabe-se, no entanto, que tal infraestrutura, de natureza exterior e estranha ao local, não visa atender às necessidades da população local conforme tem sido a praxe discursiva do governo e das transnacionais; ela insere-se numa lógica expansionista do capital e, corresponde a uma das estratégias para absorver o capital excedente produzido em outras regiões e/ou contextos do histórico processo de acumulação. De fato, conforme Martins (1993), a infraestrutura permite ao Estado e as transnacionais exercerem o controle político e

sócio-territorial das comunidades. E um dos aspectos mais salientes desse processo é, segundo Silva (2007), a transformação dos gestos, dos sonhos e das utopias dos grupos sociais atingidos por pelos empreendimentos.

Portanto, na chamada época de ordenação espaço-temporal marcado, sobretudo pela expansão geográfica e reorganização espacial (HARVEY, 2004), um número significativo de regiões em nível do globo foram, e continuam sendo incorporadas ao circuito de produção capitalista. Por outro lado, inúmeros setores de atividades sofreram profundas transformações com vista a rentabilizar o capital excedente. É no interior dessa reordenação que o setor da mineração e produção mineral, por exemplo, experimentou um considerável crescimento nas últimas décadas, sobretudo, desde os anos 2000.

De fato, para que se tenha uma ideia sobre esse aumento, no período entre 2007 a 2017, por exemplo, a produção do aço bruto (metal de grande importância econômica - presente, tanto na construção civil, na indústria, quanto no setor automobilístico) em nível mundial passou de 1.350 milhões de toneladas para 1.689 milhões de toneladas o que representa um aumento de aproximadamente 340 mil toneladas em uma década. Dados desagregados demonstram que a China (42.75%), a União Europeia (12.8%) e outros países da Ásia (12.2%) se destacam na produção do aço bruto, bem como no seu consumo (WORLD STEEL ASSOCIATION, 2018).

Acompanhando essa tendência, a produção e o consumo do carvão mineral (mineral associado ao processo de produção do ferro e do aço) também conheceram avanços consideráveis. Com efeito, no período entre 1980 e 2014, o uso do carvão mineral em nível mundial cresceu de 69.90 quadrilhões de Btu (*British Thermal Unit*; 1 Btu ↔ 252 calorias) para 90 quadrilhões de Btu em 1990. De 2001 a 2014 o consumo de carvão mineral manteve a tendência crescente, aumentando dos 97.80 quadrilhões de Btu para 160.26 quadrilhões (BATA, 2018).

Foram decisivos para esse crescimento, além de aspectos geopolíticos que ditaram a flutuação do preço do petróleo; a ascensão econômica e o aumento da demanda por *commodities*, principalmente, por parte de algumas economias ditas “emergentes” (Brasil, a China, a Índia e outros); a fusão entre empresas nacionais e estrangeiras, os incentivos fiscais e, sobretudo a disponibilidade da força de trabalho, *grosso modo*, localizada nos países pobres (GEAL, 2011). Fora a esses aspectos, Moyo (2013) aponta, no geral, o aumento do progresso econômico pelo mundo todo e a riqueza global daí decorrente, como sendo elementos

bastantes para compreender a estratégia chinesa para assegurar o acesso e/ou controle dos recursos globais que inclui não só água, terra arável, mas também energia e recursos minerais, ou seja, o complexo de *commodities*.

Dito isso, propomo-nos neste artigo analisar as transformações espaciais ocorridas em Moatize, com o início da extração do carvão mineral, buscando compreender como essas modificações afetaram a estrutura social e a identidade da população atingida. Para tanto, realizou-se a pesquisa bibliográfica, documental e o trabalho de campo em Moatize, no período entre 2015 e 2016.

Do ponto de vista teórico, a análise privilegiou a leitura integrada das categorias espaço, território e lugar. Não sendo exclusivos da geografia, tais conceitos embasam um significativo número de pesquisas na sociologia, antropologia e psicologia. O espaço e o território, por exemplo, apesar de serem categorias distintas, ou melhor, não equivalentes, conforme Raffestin (1993); o seu caráter único dificulta uma leitura separada. O território e o espaço, diz Haesbaert (2010), não podem (nunca devem) ser separados, pois sem espaço não há território, da mesma forma que sem lugar não há identidade.

No artigo, o termo atingido refere-se, tanto as comunidades reassentadas em Cateme, 25 de setembro, Mwaladzi quanto à população que permanece no bairro do Bagamoyo, morrendo aos poucos devido as explosões e nuvens de poeira emanada da mina Moatize 2, propriedade da Vale Moçambique. Faz alusão também à comunidade de Capanga no entorno da mina da *International Coal Venture Limited (ICVL)* que até outubro de 2016, ainda não tinha sido reassentada, apesar dos perigos que essa ação representa para a saúde, a integridade física e social das comunidades.

Por último, faz referência, igualmente, as pessoas que viram o seu cotidiano se modificar subitamente e, as formas de existência no lugar e no tempo transformarem-se, em função da dinâmica instituída pelas mineradoras. Portanto, para compreendermos as modificações em curso no Distrito de Moatize, a pesquisa considerou os seguintes questionamentos: quais são as transformações espaciais ocorridas em Moatize, com o início da extração e processamento do carvão mineral? Como tais modificações afetam e/ou afetaram a identidade dos atingidos?

Grandes Projectos De Investimento (GPIs): os megaprojetos de mineração, enquanto atores do processo de reconfiguração espacial

"Não é possível resistir ao mercado". Foi com essa expressão que Margaret Thatcher, então, primeira-ministra da Grã-Bretanha anunciou a nova era da política econômica mundial. Eivado pelo presságio da derrota e das inevitáveis mudanças, James Callaghan adversário e antecessor de Thatcher, disse: "Existem momentos, talvez uma vez a cada 30 anos, nos quais um mar de mudanças ocorre na política. Nesses momentos, não faz diferença o que você diz ou faz".

Essas "célebres" frases pronunciadas nos finais da década de 1970, quando se anunciava a década de 1980, noticiavam a tendência ideológica global que marcou a política econômica internacional no período entre 1978 e 2008. Tais discursos hasteavam, pois a "bandeira" da iniciativa privada, da empresa multinacional e transnacional, do pequeno empreendedor, portanto, o ingresso do mercado como "regente" da orquestra, na chamada era de transformação (RACHMAN, 2011).

De facto, as reformas realizadas por Thatcher e, posteriormente, copiadas pelo mundo ocidental impulsionaram o processo de reestruturação produtiva do capital que se tornou cada vez mais acentuado a partir de 1973. Na ordem dessa ação, forjaram-se as bases do chamado Consenso de Washington; um extenso documento sintetizado em dez pontos principais cujo centro está o mercado e a privatização aparece como palavra de ordem, num autêntico esforço para "privatizar o mundo" condição para a rápida mobilidade do capital.

No cerne dos ideais reformistas que marcaram o mundo no período após a crise de 1973, estava a necessidade de reduzir o caráter assistencialista do Estado, bem como o imperativo de descobrir maneiras lucrativas de absorver o excedente de capital e da força de trabalho, evitando desse modo, novos surtos de desvalorização como tal como aconteceu no início da década de 1930. Pois, conforme destaca Harvey (2005, p.78), a expansão geográfica e a reorganização espacial criam a possibilidade de uma aplicação mais rentável do excedente de capital, principal causa da crise. Portanto, "como a expansão geográfica envolve investimento em infra-estruturas físicas e sociais de longa duração, a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito".

É certo que as manifestações de crises são tendências endêmicas do processo de acumulação capitalista. Elas impõem, assim por dizer, certa racionalidade ao mesmo tempo

que garantem a manutenção e sobrevivência do sistema. Seja como for, é preciso encontrar formas alternativas para absorver o excedente do capital produzido em outras regiões. É necessário, não obstante, contrariar o crônico problema da falta de investimentos, bem como as dificuldades inerentes à diversificação espacial e organizacional do capital, pois estas conformam, no entender de Harvey (*op.cit.*), a tendência básica da crise de superacumulação.

A propósito disso, Benko (1996) assinala que a crise iniciada em 1973 e que se alastrou até a meada da década de 1980 impôs a muitas regiões, até então prósperas, graves problemas econômicos, acompanhadas de altos índices de desemprego que acarretaram a estagnação ou o seu declínio. Desde então, novos atores ingressaram no "tabuleiro" da produção capitalista, notadamente: a dimensão tecnológica - o passaporte para exploração e a usurpação do Sul Global e a desconcentração espacial das atividades produtivas, fundamento da nova divisão espacial e internacional de trabalho introduzida pela empresa multinacional.

Portanto, a nova divisão internacional do trabalho, também designada divisão transnacional do trabalho e da produção, por um lado, consolidou a posição de alguns países, sobretudo, do Sul Global como fornecedores de produtos primários e, por outro lado, esse processo envolve, concomitantemente, a distribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo (IANNI, 2004). Em função dessa nova lógica produtiva do capital, há conforme lembra Galeano (1978), "dois lados na divisão internacional do trabalho: um em que alguns países especializam-se em ganhar, e outro em que se especializam em perder". E, esse último lado parece ter sido o que coube ao Sul Global e a África particularmente.

Em seu novo "formato" representado pelas mega corporações transnacionais, o capitalismo expropriador e violento busca criar e recriar o seu próprio mapa, a partir de uma lógica utilitarista, o que valida à assertiva de que vivemos numa sociedade mercantilista, na qual tudo se compra e tudo se pode vender (BAUMAN, 2008). Assim, valendo-se do discurso, o Estado e as transnacionais unem esforços para construir a ilusão sobre o desenvolvimento induzido pelos grandes projectos de investimentos. Tais diligências são, no dizer de Silva (2007, p.19), "a garantia de execução do mesmo, ao tempo em que financia a destruição das condições existentes nos locais escolhidos para a implementação das obras".

Considerados "promotores do desenvolvimento", os grandes projetos de investimento variam, substancialmente, de sua natureza e finalidade. Apesar dessas especificidades, Vainer e Araújo (1992, p.34) entendem que são, no geral, empreendimentos que consolidam "o

processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações das proximidades dos empreendimentos".

Martins (1993, p.62), por sua vez, explica que os grandes projectos de investimentos "são obras de grande impacto social e ambiental, mas que não tem por destinatários as populações locais. Seu pressuposto é o da remoção dessas populações em algumas vezes, o pressuposto inconfessado e inconfessável é o aniquilamento das populações que possam representar algum estorvo para a implementação dos grandes projetos".

Com efeito, o termo "grandes projetos de investimentos" é utilizado para caracterizar projetos que mobilizam em grandes dimensões elementos como o capital, a força de trabalho, recursos naturais, energia, território e tendem, principalmente, a formar enclaves territoriais - econômicos, sociais, políticos, culturais, ecológicos e a fragmentação territorial. (VAINER, 2007). É nesse último aspecto que reside o foco desse artigo, isto é, analisar como as mudanças em curso em Moatize afetam e/ou afetaram, sobretudo, a identidade da população atingida por esses empreendimentos.

Portanto, com o pretexto da modernização do território, atravessam-se comunidades, aniquilam-se sociedades inteiras, destroem-se as condições materiais de vida: solo, subsolo, minerais, água, ar, entre outras, tudo isso, visando imprimir o "progresso". Sabe-se, no entanto, que esses projectos nada têm de modernização, mas antes de tudo, "objetivos que não são os de desenvolver o lugar, tampouco modernizar as pessoas (SILVA, 2007, p.19)".

De natureza diversa e objetivos inversos aos da população nas suas proximidades, os grandes projetos de investimentos recebem distintas designações em vários países. Em Moçambique, por exemplo, os grandes projetos de investimentos são denominados megaprojetos. Tal qualificação segue a nomenclatura utilizada em países como a Inglaterra e outros de expressão inglesa.

Castel-Branco (economista e um dos principais pesquisadores da temática megaprojetos) toma em consideração alguns aspectos para definir os grandes projectos de investimento. Com efeito, além da quantia inicial de investimento (acima de US\$ 500 milhões), o autor considera, igualmente, o impacto dessas actividades na produção, no comércio e na economia do país. Por isso, os megaprojetos destacam-se dentre outras actividades pelo facto de serem: intensivos em capital, sem, no entanto, gerar emprego direto proporcional ao peso no investimento, produção e comércio; concentram-se em actividades

mineiras e energéticas, com ênfase para o gás e carvão mineral; são estruturantes das dinâmicas de acumulação e reprodução econômica (CASTEL-BRANCO, 2008).

Debruçando-se sobre os megaprojetos em Moçambique, Xiong (2014) assinala que são projetos de grandes dimensões financiadas por investimento estrangeiro; centram-se na apropriação dos recursos naturais; são intensivos em capital, porém, não geram emprego proporcional ao capital investido; a produção é destinada à exportação e, por vezes, investem em infraestruturas destinadas a fins específicos que não servem ao público em geral.

Nos conceitos que apresentamos, salta à vista os seguintes aspectos: os megaprojetos são empreendimentos cujas atividades estão voltadas, preferencialmente, para o setor mineral e energético e são intensivos em capital. O primeiro aspecto ilustra muito bem a posição subordinada de Moçambique, enquanto fornecedor de *commodities* de origem mineral, com baixo grau de processamento e/ou do valor agregado, bem como a tendência extrativista da economia moçambicana. Portanto, há, de acordo com Castel-Branco (2010), fortes sinais de a economia nacional se tornar uma economia de base extrativa.

O segundo aspecto e, o mais importante para a nossa discussão, reflete a pujança e, principalmente, a natureza excludente e exclusivista dos megaprojetos, já que a participação nesse setor exige elevadas somas de capital, incluindo o dinheiro. De posse desses elementos, podemos, desde já, afastar a ideia da participação ativa das comunidades locais, senão como efêmeros vendedores da força de trabalho, pra quem pretensamente se destinam os projetos de (desenvolvimento) modernização do território.

Na verdade, nesse intrincado processo que tem o *desenvolvimento* como a mercadoria a ser vendida, as comunidades locais têm poucas ou nenhuma escolha. Ou participam, marginalmente, ou ficam de fora. Seja qual for a escolha feita, os efeitos desses empreendimentos sobre a estrutura social e territorial é arrasador, conforme explica Silva (2007, p.19, grifos nossos) que

Negar o processo e ficar fora dele é uma opção, mas quem o fizer expõe-se ao perigo, pois o simples fato de se negar a trabalhar para o capital pode tornar o indivíduo marginal, fora da sociedade. Gradativamente somos incorporados ao processo de modernização. E percebemos isto *cotidianamente desde os mais simples gestos aos mais sofisticados.*

De volta à caracterização dos megaprojetos, pode-se, a partir de suas características fundamentais concluir-se que eles, à semelhança de outros grandes projetos de investimentos, constituem, sim, grandes projetos de investimentos. Assim como outros GPIs, os

megaprojetos também não se destinam à população local, nem a produção de alimentos, tampouco ao desenvolvimento local. Seu pressuposto básico é, de acordo com Antonaz (1995), a modificação da realidade territorial, alterando, por conseguinte, as formas de existência e as referências sobre o (s) lugar (es).

Giometti, Pitton e Ortigoza (s/a, p.35), lembram que o lugar se difere do espaço, pois o primeiro "é resultado de significados construídos pela experiência, ou seja, trata-se de referenciais afetivos desenvolvidos ao longo de nossas vidas". Portanto, apesar de seu adensamento na atualidade (figura 1), em Moçambique, a inserção do capital estrangeiro na forma de investimento ocorreu, inicialmente, durante o período colonial. Naquele período, quase $\frac{2}{3}$ do território nacional foi adjudicado às Companhias majestáticas e arrendatários, para a produção de culturas destinadas à exportação.

Com independência e as reformas políticas iniciadas no final da década de 1980 e que prosseguem, atualmente, abriu-se o caminho para o investimento estrangeiro em vários setores de atividades, com ênfase para o setor extrativo mineral e energético. Como se pode observar na figura 1, há uma relativa concentração dos megaprojetos nas regiões Centro e Norte do País. Mesmo sem apresentar a totalidade dos grandes projetos (451 licenças de toda natureza, 5 contratos mineiros em vigor) em fase de produção, merece atenção, além da mineração, a área ocupada pelo ProSavana, aproximadamente, 11 milhões de hectares de terra (impactando diretamente 4.287.415 milhões de pessoas em 19 Distritos das províncias de Nampula, Niassa e Zambézia), também destinado à expropriação das terras camponesas para a produção de *commodities* (MACARINGUE, 2018).

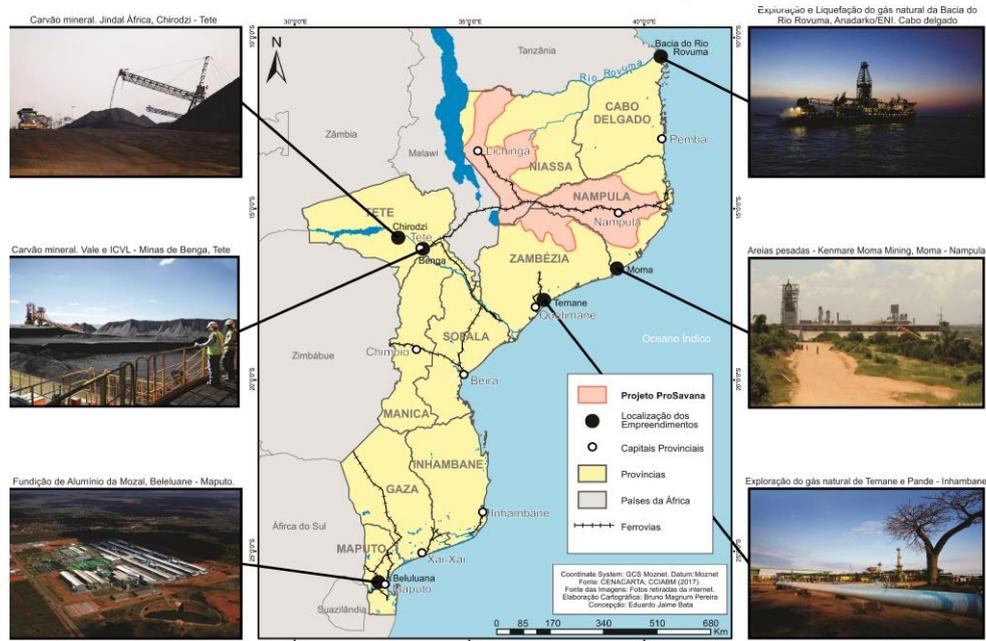


Figura 1- Grandes Empreendimentos minerais em Moçambique

Portanto, foi no âmbito dessas reformas que, a partir dos anos 2000 assistiu-se a entrada massiva de consórcios transnacionais atraídos pelas vantagens competitivas, isto é, taxas bonificadas referentes ao imposto sobre a terra; disponibilidade da força de trabalho; baixo grau de organização sindical; fraca legislação trabalhista e ambiental e, sobretudo, as garantias de proteção aos investimentos emitidos pelo Estado e especificadas na Lei nº 3/93, lei sobre o investimento em Moçambique.

Como consequência disso, um conjunto de transformações de toda ordem foi operado, especialmente, nas regiões "receptoras" dos megaprojetos. Como se sabe, desde os instantes iniciais até a etapa de operação efetiva de um megaprojeto, observa-se um movimento contínuo, dialético e conflituoso, no qual interesses econômicos sobrepõem-se às questões sociais (SILVA e SILVA, s/a). Na senda disso, ocorrem modificações "do símbolo, algo, talvez, importante apenas no local e sem sentido fora do seu contexto". (SILVA, 2007, p.19).

Considerando esses aspectos e, principalmente, as formas de atuação e de controle capitalista, podemos dizer que a inserção dos megaprojetos em Moçambique cumpre, objetivamente, as estratégias de acumulação de capital, via extração de produtos primários, de baixo valor agregado, com destaque para o carvão mineral. Esse processo, legitimado pelo discurso e necessidade de modernização do território, autoriza ao Estado, ator e agente

político a concessionar os bens naturais, sem a mínima consideração com a autodeterminação dos povos. Ou melhor, o governo e as grandes transnacionais "se aproveitam dos aspectos mais sensíveis, a fome, por exemplo, para forçarem os povos a adotarem estilos de vida com ligação efetiva ao controle geopolítico mundial. [Sendo assim] os "rios de dinheiro" que são gastos em nome de combate à fome e modernização, são manobras e novas estratégias de submissão dos povos" (MACARINGUE, 2018, p.10, grifos do autor).

Espaço, território e seus desdobramentos sobre a identidade

O estudo do espaço e do território não é recente. Não sendo atual, a preocupação em compreender o espaço, entendido como a realidade na qual vivemos, foi desde cedo objeto de acesos debates entre filósofos, matemáticos, dentre outros pensadores clássicos. Na geografia, essa discussão invoca, por assim dizer, o problema essencial dessa ciência, isto é, seu o objeto de estudo.

Da noção do espaço como localização dos lugares apresentado pelos gregos clássicos, à ideia do espaço virtual ou *ciberespaço*, o debate sobre o espaço foi evoluindo à medida que os paradigmas que orientam o pensamento geográfico foram sendo questionados e, por vezes, substituídos por novos. Assim, partindo da concepção do espaço como representação *a priori* e do espaço, enquanto condição para a ocorrência dos fenômenos, na leitura kantiana, ao espaço como realidade objetiva, produto social em permanente transformação, no entender de Santos (2008); a importância do espaço, principalmente as relações que nele ocorrem foi ganhando forma e abrindo, por conseguinte, novas perspectivas de debate.

Nomeado viúva do espaço (SANTOS, 2002), as discussões sobre o espaço dentro da geografia remota dos finais do século XVIII e, muito precisamente, do começo do século XIX, com a sistematização e sua constituição como ciência. Com a chegada do século XX, o advento da globalização no século XXI e, no encaço desses processos, as transformações espaciais em curso; as discussões sobre o uso e apropriação do espaço ganharam um novo ímpeto e, como consequência disso, o espaço torna-se importante efetiva ou potencialmente.

Ao contrário do que muitos acreditam, o espaço não é um dado *a priori*, no sentido de que preexiste antes da intervenção humana. Ele é, no nosso entender, produto das forças/trabalho empreendido pelo homem no processo de transformação da "primeira

natureza". Designado conceito-mestre (HAESBAERT, 2010), o espaço posiciona-se no contexto da globalização, sobretudo no âmbito da geografia crítica-radical, como instrumento de luta a partir do qual se intenta denunciar e/ou contestar as injustiças, os efeitos socioambientais derivados das desigualdades no acesso, uso e apropriação do espaço.

Tal processo, em curso, dá lugar à ocorrência de conflitos ambientais decorrentes das distintas formas de apropriação técnica, econômica, social e cultural do mundo material (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

De facto, o espaço geográfico, ou simplesmente espaço, assume um papel importante, por um lado, como instrumento de luta pela emancipação e igualdade de direitos e, por outro lado, como elemento fundamental na organização e reprodução das relações sociais. O espaço é por isso um elemento primordial na organização

das funções entre diferentes frações do território, cada ponto torna-se importante. A importância de cada fração do espaço decorre de suas próprias virtualidades naturais ou sociais preexistentes. As especializações na utilização do território- sejam naturais, culturais ou técnicas, significam uma redescoberta ou uma valorização total, na qual cada parte ou lugar recebe um novo papel ou ganha um novo valor (SANTOS, 1994, p.29).

Portanto, dado o seu caráter polissêmico, o conceito espaço exige sempre um adjetivo que possa qualificar o tipo de espaço de que estamos nos referindo. Ou melhor, sua compreensão não dispensa, antes de tudo, o adjetivo que o acompanha, porque a palavra espaço pode designar tanto o espaço econômico; espaço topológico; espaço físico no qual ocorre um evento (independe da sua natureza), quanto o espaço pessoal em múltiplas escalas, isto é, local, regional ou global (CORRÊA, 2003).

Nas ciências humanas, é extensa a lista das disciplinas que têm o espaço como objeto de estudo. Da geografia à psicologia e da antropologia à sociologia, somente alguns exemplos, a leitura sobre o espaço assume várias perspectivas, múltiplos recortes e, por isso, diversos significados. Na geografia marxista, perspectiva que orienta este texto, o espaço pode ser analisado entendido como espaço absoluto, espaço relativo e espaço relacional, sintetizando, no dizer de Harvey (2006), as possíveis significações para o espaço.

Do ponto de vista relacional, a leitura sobre o espaço remete às representações que se erguem sobre ele e, representa para Haesbaert (2010, p.162), o espaço vivido que aglutina "visões, fantasias, desejos, memórias, sonhos e estados psíquicos". Esses elementos lembram os referenciais que as pessoas criam sobre determinado lugar e, no caso em análise, tais símbolos estão presentes, conforme veremos em diante, nas antigas aldeias e bairros nos quais

a população reassentada em Cateme, Mwaladzi e 25 de Setembro, residiam antes do reassentamento.

Visto como produto social, a análise espacial pode focalizar questões de natureza política, buscando compreender como tais processos operam e, sobretudo a forma como se articulam com o espaço. É a partir dessa perspectiva que se deve pensar a articulação entre espaço e o território. Por isso, Haesbaert (2010) ao esboçar o conceito do território explora tanto a dimensão material das relações de poder, quanto os seus desdobramentos (o que autor denomina efeitos de natureza material do poder) sobre a estrutura imaterial. Portanto, tendo em conta esses aspectos, o território "pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico - políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural (HAESBAERT, 2004, p.79)".

Assim, ao definir o território é necessário ter em conta a articulação territorial entre as duas dimensões, isto é, a ideia de *continuum* que permite, segundo Haesbaert (2010, p.167), analisar os processos de territorialização, sem privilegiar uma nem outra dimensão. Para dirimir esse conflito, Haesbaert propõe que se trabalhe com o termo "territorialidade em sentido mais amplo - já que não se trata, obrigatoriamente, da territorialização manifestada de modo concreto".

Já dissemos que o estudo do território não é recente. Na geografia, essa preocupação aparece desde a geografia tradicional, mormente, nas obras antropogeografia e geografia política de Friedrich Ratzel. Em suas discussões, Ratzel aborda questões basilares à formulação (posterior) do conceito de território, das quais: o princípio da indissociabilidade entre o homem-natureza e a ideia do habitat.

Tal como Santos (2002) critica pouco protagonismo da geografia na definição de seu objeto de estudo - o espaço, Haesbaert (2009) considera que a geografia se apartou, durante séculos, das discussões sobre o território, mesmo considerando que esse papel cabia e, de fato, ainda cabe à geografia. Seja como for, na geografia o território pode ser compreendido, por exemplo, a partir da sua materialidade que abarca múltiplas dimensões, bem como a interação sociedade-natureza.

Nesse sentido, uma das referências mais evocadas é o livro de Claude Raffestin. Nele, Raffestin não só delinea uma definição sobre o território, mas também deixa claro que o espaço e o território não são termos equivalentes. Não sendo, o território "é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer

nível. Ou melhor, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p.144)".

Raffestin ao centrar sua análise, somente, nas relações política de poder ignora, por completo, outras dimensões úteis à compreensão do território, principalmente, a sua dimensão simbólica. Diante disso, Haesbaert (2009) sugere uma leitura do território baseado em três perspectivas: política (referente às relações de poder); cultural ou simbólico-cultural (que privilegia a dimensão subjetiva, isto é, o espaço vivido) e a econômica - que enxerga o território como fonte de recursos úteis ou potencialmente úteis. Nesta última dimensão, *repousa* o entendimento que as transnacionais têm sobre determinados lugares (Moatize, por exemplo) do território nacional; são para elas, lugares no sentido absoluto - pontos no mapa, isto é, com coordenadas específicas, passíveis de serem explorados, mensurados e/ou determinadas às distâncias entre um lugar e outro, com vista à viabilização e aplicação mais rentável do capital excedente, tal como procedeu a Vale Moçambique ao reabilitar e/ou construir a ferrovia Moatize - Nacala a velha, *coluna vertebral* do projeto de carvão de Moatize.

Fora das malhas do poder capitalista, o lugar representa algo mais complexo e mais amplo que, combina tanto a localização, o local quanto o sentido do lugar. Enquanto o local se refere ao instrumentário material que sustenta as relações sociais, isto é, a forma como o lugar se apresenta para quem o observa; o sentido do lugar remete a diversos significados associados com o lugar: os sentimentos, as emoções que invocam o lugar. Tais significados podem ser individuais e baseados, por exemplo, na biografia pessoal, mas também podem ser compartilhados. Portanto, o sentido de lugar baseia-se na mediação e na representação sobre esse lugar (CRESSWELL, 2009). Enfim, são essas representações escamoteadas/invisibilizadas pelos megaprojetos que buscamos, nesse artigo, averiguar se elas se modificaram concomitante, às transformações operadas no local, em função do início das atividades mineradoras em Moatize. E para abarcar essa complexidade, acreditamos que é necessária uma leitura territorial que considera de forma integrada e dialética as perspectivas políticas, cultural ou simbólico-cultural e a econômica, conforme propõe Haesbaert (2009).

Desse modo e, privilegiando o aspecto cultural ou simbólico do território, Santos (2005, p.17, grifo do autor) oferece uma leitura que, no nosso entender, permite compreender o que ocorreu em Moatize. Pois, além do aspecto visual; mais próximo à paisagem, das novas

relações de poder instituídas e/ou comandadas pelas transnacionais do carvão mineral, é preciso, antes de tudo, compreender que o

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como "território usado", não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho; lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e de exercício da vida. [Portanto] o território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. É o território usado que é uma categoria de análise.

Na análise empreendida, o território usado refere-se às representações criadas em relação a alguns e/ou vários elementos, seja da natureza ou socialmente construídas como, por exemplo, o rio, os cemitérios, os locais de sacralização das relações espirituais, bem como os de lazer, como veremos em diante. Tais referenciais simbolizadas pela paixão, hábitos, lembranças sobre lugar (a expressão simbólica de um território e do poder que esses símbolos detêm) exprimem a relação simbólica - afetiva que as comunidades têm, isto é, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence, ou simplesmente, a identidade.

"A minha casa era de palha, mas vivia bem": deslocamentos compulsórios e a identidade em movimento

Para permitir o início das atividades de extração e processamento do carvão mineral em Moatize, a Vale Moçambique, Riversdale Moçambique e Rio Tinto realizaram entre 2005 e 2013, o processo de deslocamento e reassentamento compulsório das comunidades diretamente atingidas por seus empreendimentos. Dissemos compulsório, pois acreditamos que por força dos decretos e das leis as comunidades foram forçadas a ceder seus territórios em favor dos megaprojetos. Portanto, apesar das consultas públicas (com todas suas falhas), na prática a população não dispunha de forças suficientes para impedir o seu deslocamento, tendo em conta o caráter estatal da terra em Moçambique (WET, 2006), bem como o discurso arquitetado sobre os megaprojetos, isto é, a *máxima* de que eles vão promover o desenvolvimento.

E para viabilizar o processo de desapropriação das comunidades em Moatize, os dois consórcios e/ou suas subcontratadas procederam ao recenseamento da população, o que resultou na classificação das famílias em dois grupos, em função dos seus meios de subsistência. Divididas em rurais e urbanas, conforme o censo da Vale e da Riversdale, as famílias retiradas de Mithethe, Malabwe, Bagamoyo, Chipanga- Sede, Chipanga, Chithatha,

Benga e Capanga Sede, todos em Moatize, foram reassentadas no bairro 25 de Setembro, arredores da Vila de Moatize (figura 2, próxima página); Cateme e Mwaladzi (BATA, 2018).

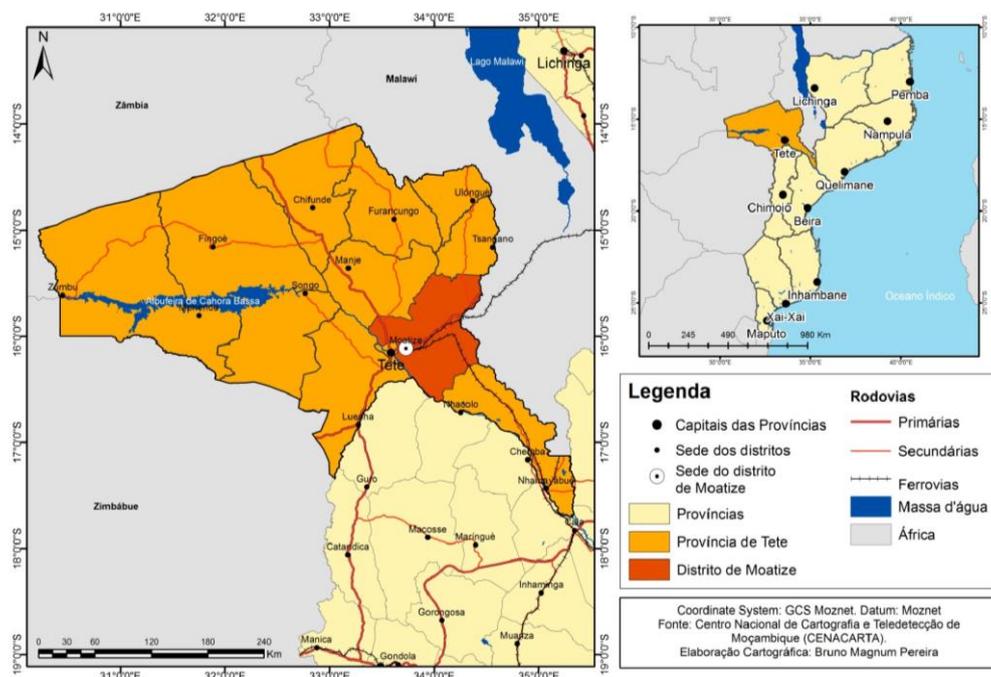


Figura 2 - Localização do Distrito de Moatize, Província de Tete - Moçambique

Fora as questões mais específicas do reassentamento como, por exemplo, os valores de indenização, as etapas de retirada das famílias, o tratamento/destino de alguns elementos simbólicos (cemitérios e outros, alguns dos quais herdados e outros construídos ao longo do tempo), portanto, o que denominamos *termos e condições* do reassentamento, merece destaque para fins dessa análise, a natureza excludente e separatista do reassentamento, uma das controvérsias desse processo. Desqualificando os critérios utilizados pela Vale Moçambique para a separação das famílias, 73,3% dos reassentados não ficou feliz com os critérios adotados, pois eles entendem que a separação das famílias fragilizou as relações e criou constrangimentos nas interações entre as pessoas.

De fato, tal como disseram vários moradores, conforme os excertos da entrevista que segue, no reassentamento

[...] estamos a viver com pessoas que não estávamos juntos e cada um tem seu comportamento. Por exemplo, a minha galinha sair para lá é insultada e até pode matar essa galinha. Quando saímos nós de lá não era meu vizinho, só encontrei aqui e o *coração dele não conheço*. (Morador, reassentando em Cateme, outubro 2016, grifos nossos).

[...] não é justo tirar as pessoas, separar só porque não trabalhamos, porque aqui na cidade é fácil pedir ajuda. Isso é isolamento, pobre ficar de um lado e rico do outro, eu posso pedir ajuda aos outros.

[...] não é justo! Tínhamos que estar juntos porque somos da mesma família, não tem sido fácil conviver com os familiares que vivem em Cateme. Por falta de dinheiro de transporte, há vezes que tem falecimento e nem todos conseguem vir ou ir para lá (Morador reassentado no bairro 25 de setembro, outubro 2016).

Em média foram deslocadas e reassentadas 1.600 famílias, mais ou menos, o equivalente a 8.000 pessoas. É preciso esclarecer que essa quantidade refere-se aos cálculos feitos com base nos resultados do trabalho de campo realizado em Moatize. Desse número devem ser acrescidas mais 106 famílias, aproximadamente, 424 pessoas que rejeitaram a classificação anterior. Para elas, a Vale procedeu "à indenização assistida que consistiu na compra de casas de material convencional dentro da Vila de Moatize" (Entrevista, com os supervisores da área social na Vale Moçambique; outubro 2015).

Portanto, apesar da relevância das contradições do processo de reassentamento para o entendimento da pesquisa (seus desdobramentos sobre a estrutura social dos atingidos), não discutiremos aqui a totalidade dos problemas que marcaram o reassentamento em Moatize. Contudo, é preciso, ainda que de forma rápida, esclarecer que as frequentes alegações (falta de um marco regulatório; pioneiros no processo de reassentamento no país, entre outras) da Vale Moçambique sobre as falhas cometidas durante o reassentamento, não passam de justificativas que buscam fortalecer o discurso, bem como rechaçar as críticas.

Sabe-se, tal como explica Bassey (2015, p.117) que a indústria extrativa de bens minerais

gostaria de fazer crer a todos que operam da mesma maneira [em todo o mundo]. Sempre que surgem casos que contrariem essa imagem, algumas empresas transnacionais do setor da extração apressam-se a dizer que são meros bodes expiatórios e de modo algum são as piores da sua área.

Em Moatize, além da separação de pessoas que, até então, residiam em territórios contíguos e, com laços sanguíneos, de familiaridade e/ou formas de vida coletiva, o reassentamento conduziu às rupturas sociais, por um lado, pela perda dos espaços para produção e, por outro lado, pelo aumento das mortes, adoecimento, sobretudo idosos, após o reassentamento. De fato, no contexto dos deslocamentos compulsórios em Moatize, além da perda dos meios de subsistência, fruto da paralisação de diversas atividades, com ênfase para a agricultura, produção de tijolos, venda de brita, areia e gado, a população experimentou, igualmente, um período de stress e traumas, que em alguns casos, resultaram em mortes (BATA, 2018).

Com efeito, dado o caráter autoritário e excludente do reassentamento (MÁRIO, 2013), parte da população atingida, principalmente mulheres e idosos carregam consigo traumas provocados pelo deslocamento. Thukral (2009) assinala que em contextos de reassentamento compulsório, as camadas sociais mais prejudicadas são as mulheres pobres, chefes de famílias, meninas, idosos e crianças. Isso ocorre porque as mulheres enfrentam situações de stress devido, principalmente, a luta pela sobrevivência, dentro de um contexto mais amplo de desigualdade de oportunidades entre os homens e as mulheres.

Em Moatize, as mulheres e crianças do sexo feminino são, dentre outras classes sociais, as que mais sofrem, por exemplo, com a escassez de água, a destruição dos meios de subsistência e, sobretudo, o rompimento com as formas de vida e os referenciais construídos sobre o lugar. Assim, tendo em conta o sentido do lugar, podemos afirmar que

[...] o reassentamento afetou socialmente aos residentes. O simples fato de dizer a um residente que vai deixar a sua zona residencial para outra e, neste ato deixa de exercer as atividades que anteriormente fazia, passa para uma zona onde não vai fazer nenhuma atividade, isso afeta socialmente a pessoa. Após o reassentamento fomos notando que alguns residentes com idade mais avançada que depois de ter abandonado as suas terras e se formos olhar o aspecto social de um africano, temos a consciência de que, no sítio onde a pessoa reside tem lá o seu segredo. O ato de retirada desse sítio para outro, socialmente esta pessoa fica frágil e pode cair doente, ou simplesmente, perder a vida. E isso foi notório nos primeiros anos do reassentamento, refiro-me aos anos 2010 a 2014. Fomos notando que alguns idosos depois de terem sido reassentados, duas ou três, semanas depois perdiam a vida, sobretudo em Cateme (Entrevista com o secretário do bairro 25 de setembro; outubro 2015).

No contexto africano, a terra e o território são inseparáveis. A terra e o território são, no dizer de Stavenhagem (2006), elementos constitutivos da autonomia e da autodeterminação dos povos tradicionais e/ou assim denominados, por isso retirar da/e a terra aos povos africanos significa, em outras palavras, negar a sua autodeterminação. A terra é, dessa forma, parte de algo mais amplo, designado território. Desse ponto de vista, a terra nas sociedades africanas, inclusive em Moçambique, representa simultaneamente, lugar de trabalho, de vida e de toda a prática social. Portanto, a terra não é somente fonte de reprodução material, mas também o *locus* adequado para a sacralização das relações espirituais; alicerce da cultura e da reprodução das formas próprias de estruturação e ocupação do espaço (MATOS, 2014).

Tratado como saudosismo, os referenciais que as comunidades constroem sobre o lugar devem, a todo o custo, ser rompidos para favorecer a expansão do capital. Como forma de acelerar esse processo cria-se estereótipos sobre os lugares e práticas, denominadas

anacrônicas e o Estado, "por meio do discurso, promove o rompimento das relações pré-estabelecidas e o desapego às coisas locais. Já os moradores das áreas que serão tomadas para a execução da obra são taxados de contrários ao progresso - progresso que deve encobrir aquilo que as águas não encobrirão: a memória e o sentimento de apego ao lugar antigo" (SILVA, 2007, p.19).

Em Moatize, assim como em outras áreas tomadas de *salto* pelo império do capital, a população reassentada, por exemplo, no bairro 25 de Setembro foi coagida a criar preconceitos com determinadas práticas culturais, consideradas inapropriadas para as zonas urbanas. Fora as limitações do novo espaço residencial, o que dita a não realização de algumas práticas, principalmente, de rituais fúnebres como o *kumbire mudzimbo*, isto é, pedir aos espíritos que recebam o seu filho; a interação entre a população de Moatize e aquela proveniente de outras regiões do país e do mundo inculcou a necessidade de desprezar o tradicional.

Apelidados de atrasados e, desprezados por outros moradores, as pessoas que tentam criar trincheiras de resistência (ALMEIDA, 2005), em função do contínuo processo de *desmanche* cultural, apontam rupturas não só nas formas de relacionamento com os outros, mas também no tratamento de alguns aspectos culturais. Na verdade,

[...] os hábitos culturais não mudaram na totalidade, mas alguma coisa mudou. Estamos num espaço municipal, um pouco distante da Vila. Há coisas que hoje não podemos fazer mais. Havia, por exemplo, a dança malombo [dança que se faz no advinha - curandeiro, sobretudo, quando alguém está doente] e já não se faz. Uma e outra tenta voltar, mas tem sido desprezado pelos outros e, é considerada cultura arcaica, enquanto lá em Chipanga não (Morador reassentado no bairro 25 de setembro; outubro 2016, grifo nosso).

Corroborando esse entendimento, outro morador falou das mudanças ocorridas na mentalidade das pessoas após o reassentamento. De fato,

[...] a mente das pessoas mudou porque as pessoas pensavam que só podia viver entre família, mas agora não. As danças que fazíamos lá, aqui não se fazem mais, pois as pessoas não querem ninguém dançar *mandjole*. Quando havia falecimento as pessoas tocavam batuque à noite para sinalizar que ali há falecimento, mas agora não fazem. Não querem voltar atrás, estão evoluídos (Morador reassentado no bairro 25 de setembro, outubro 2015, grifo nosso).

Vítimas do progresso e não seus destinatários conforme o discurso, a modernização mineira (ZHOURI e LASCHESKI, 2010) eleita como uma das estratégias de acumulação de capital em Moçambique promove, por um lado, rupturas, fragmentação social e individualização e, por outro lado, exacerba o processo de homogeneização - uma espécie *de*

tática de dividir para reinar que *pari passu* vai construindo seus próprios territórios, em função de seus interesses que são, com frequência, alheios às necessidades de sobrevivência das comunidades. Nessa linha de raciocínio, Mendonça (2004, p.122) assinala que o capital ao incorporar diversos territórios, obedecendo à lógica expansionista do capital, tais territórios são "hegemonizados pelas formas de gestão do capital implementadas pelo Estado e seus agentes, implicam em (des) construir as *heranças espaciais*. Esse processo está na origem dos estereótipos construídos no imaginário social acerca das noções de atraso cultural."

Portanto, apesar desse esforço, a população deslocada e reassentada em Mwaladzi, Cateme e 25 de setembro, ainda mantêm fortes os vínculos com seus anteriores territórios—lugares e símbolos. Designados trincheiras de resistência frente à investida capitalista, nessas comunidades a identidade adquiriu feições de resistência em face das mudanças geradas pelos megaprojetos (ALMEIDA, 2005). De fato, elementos simbólicos como o rio, o local de lazer, a antiga casa, o local onde invocava os antepassados, ou seja, local de sacralização das relações espirituais, continuam sendo códigos da população para pensar seus antigos bairros, aldeias e comunidades.

No universo desses símbolos, os moradores dos três reassentamentos apontaram, respectivamente: o rio e o local de sacralização das relações espirituais (37%), a antiga casa e o local de lazer (21%) e, por fim, a machamba (21%). A leitura da figura 3; permite dizer que o rio, o local de onde invocavam os antepassados, a antiga casa, o local de lazer e a machamba, são os aspectos que conectam os moradores reassentados às anteriores áreas de residência.

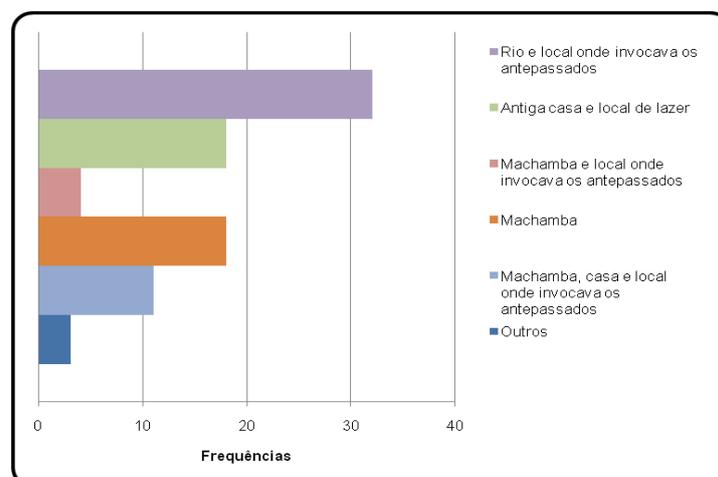


Figura 3- Percepção das famílias reassentadas sobre os elementos simbólicos que mais lembra

a sua antiga aldeia ou bairro, Moatize.

A Dona L. ao afirmar que "a minha casa era de palha, mas vivia bem", busca paralelamente, a outras expressões, como: *o que é uma casa sem comida* (HUMAN RIGHTS WATCH, 2013); *casa de pedra não mata fome* (CHIZENGA, 2016); expor os principais problemas do reassentamento e, sobretudo demonstrar que as casas (um dos poucos *ganhos* do reassentamento) *per si* não são suficientes para restaurar os meios e as formas de vida perdidas com o reassentamento.

Aparentemente simples, a fala da Dona L. encerra não só um conjunto de males (falta de terra propícia para a atividade agrícola, escassez de água, falta de emprego e perda de algumas fontes de renda) decorrentes do deslocamento compulsório, mas também abre espaço para as seguintes questões: como estavam estruturados os bairros e/ou as aldeias das comunidades antes do reassentamento? É possível apontar a chegada dos megaprojetos como, único e exclusivo, responsável pelo processo de desestruturação social?

À semelhança da casa, para muitos moradores, o Rio (Revubué) não era somente local de socialização, já que é nele que as comunidades tomavam banho, lavavam roupa, mas também local de produção, tendo em conta que eles aproveitavam as margens do Rio para produzir hortícolas, mormente na estação seca. Portanto, associado à produção de tijolos, abertura de machambas, venda de brita e areia para a construção (principais atividades da população antes do reassentamento), lá na baixa, ou seja, nas margens do Revubué, havia pequenas hortas. Eu

[...] tinha pequena horta lá na baixa. É onde eu ia plantar meu *muliwa* [verdura]. Pequena horta, aquele desenho (Foto 1) que a gente fez aí em cima, onde está escrito machambas, aí ao pé do rio, são baixas, a gente ia regar, tínhamos nossa couve, tomate e tudo mais. Levava o tomate ia vender no mercado (Entrevista com Dona B. reassentada em Mwaladzi, outubro 2016).

A vitalidade do Rio é destacada, igualmente, por uma das moradoras nos seguintes termos: "[...] desde que eu nasci eu tenho tomado banho aqui no rio. Eu tenho lavado as minhas roupas aqui... até as minhas crianças cresceram aqui neste rio. Aonde vamos [Mwaladzi] vão dar-nos água em recipientes pequenos. Eu não estou habituada a esse tipo de coisas" (Entrevista realizada pela HUMAN RIGHTS WATCH, outubro de 2013).

Deste modo, compreender o significado de cada um dos símbolos apresentados pelos moradores pressupõe uma viagem sobre o mundo das representações sociais construídas ao longo do tempo. Nessa empreitada, Stavenhagem (2006) oferece uma leitura valiosa a qual propõe que a terra deve ser compreendida, a partir de um contexto muito amplo que vai além

da ideia do espaço usado. Em Capanga, por exemplo, chama atenção (figura 4), o arranjo e a interação entre os elementos simbólicos e materiais que garantiam a reprodução social das famílias antes de se mudarem para Mwaladzi.

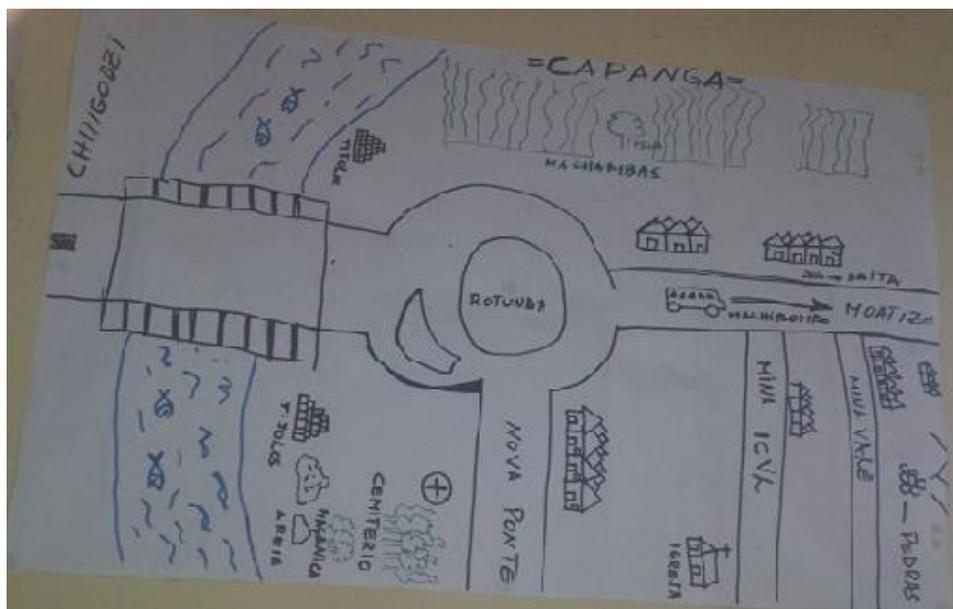


Figura 4 - Mapa da comunidade de Capanga antes do reassentamento, Moatize, outubro 2016

Na figura 4, nota-se que havia uma coabitação entre os espaços de trabalho (machambas, local de produção de tijolos e de brita ou de extração de areia) e o espaço sagrado, por exemplo, o cemitério, o local onde invoca os antepassados e a igreja. Com o reassentamento, no entanto, significativa parte dessas referências foi destruída ou, simplesmente, separada da população, conforme disse a Dona B e L.

Para nós, não há dúvidas de que, o início da extração e processamento do carvão mineral e/ou sua logística demandou arranjos espaciais de vulto, resultando em novas configurações territoriais. *Pari passu*, esse processo foi responsável pela desarticulação social das comunidades diretamente atingidas pelos empreendimentos da Vale Moçambique e Riversdale Moçambique e alguns excertos de entrevista corroboram esse entendimento.

Diante de tudo isso, podemos afirmar que está em curso o processo de desarticulação social e empobrecimento das comunidades reassentadas considerando que elas enfrentam dificuldades para o acesso a terra, ao trabalho e alimentos. Selando esse quadro, a marginalização, desarticulação social, os casos de morte de moradores após o reassentamento, o aumento da morbidade, bem como a perda do acesso à propriedade coletiva e recursos

comuns são, no nosso entender, aspectos que eivam a vida e cotidiano das comunidades reassentadas em Mwaladzi, Cateme e no bairro 25 de setembro.

Sem a intenção de encerrar o debate, ressaltamos que a presença dos megaprojetos em Moatize foi responsável não só pelas transformações espaciais em curso naquele Distrito, cujos efeitos se *derramam* sobre a cidade de Tete, mas também afetou a dimensão simbólica da vida comunitária, processo esse que gradualmente promove a exclusão socioespacial em múltiplas escalas. De resto, ao se apropriar e/ou limitar o acesso a elementos simbólicos, como: o rio, as *machambas*, o local da sacralização das relações espirituais, os megaprojetos atuaram em favor da destruição dos símbolos, dos referenciais sobre os lugares e da identidade coletiva dos moradores, tendo em vista que, o lugar é, simultaneamente, uma construção concreta e simbólica do espaço detentora de características comuns, tais como a identidade, as relações e a história.

"Nyoka haina reverse": notas não conclusivas

Em Moçambique, desde as primeiras análises sobre os megaprojetos, provavelmente, entre 2007 e 2008, a produção científica tendo por objeto de estudo (direta ou indiretamente) os grandes projetos de investimentos cresceram expressivamente. Se no início o debate foi dominado, sobretudo, pelos economistas, com passar do tempo, novos interlocutores começaram a interessar-se pela temática. Entre sociólogos, cientistas políticos, especialistas em saúde pública e direito, mas também geógrafos e ambientalistas, os megaprojetos ocupam, por assim dizer, lugar de eleição e se tornaram o eixo central em várias pesquisas.

Sob diversos ângulos de análise, pesquisadores dessa temática exploram tanto aspectos vinculados à contribuição dos megaprojetos para as receitas do Estado, quanto àqueles relacionados aos conflitos socioambientais, em função das diferentes formas de apropriação do espaço e partilha dos benefícios e danos causados por esses empreendimentos. Contudo, dimensões como o trabalho, a identidade das comunidades atingidas, dentre outras extensões importantes à compreensão dos megaprojetos, permanecem poucos explorados.

Em relação ao trabalho, *prisioneiro* da sociedade, no dizer de Thomaz Júnior (2002), ou condição de mediação e chave de todo o processo de hominização e humanização da espécie humana (PERPÉTUA, 2016), há, no nosso entender e, aliado ao discurso redencionista dos megaprojetos, a sensação de que ele é a *dádiva* que os grandes projetos de

investimento dão e/ou devem dar à população, pelo que não cabe nenhuma discussão nesse sentido, senão um apelo para a alistagem (em frentes de trabalho) de mais e mais moçambicanos.

No que se refere à identidade das comunidades atingidas pelos megaprojetos, os aspectos identitários assumem, em diferentes pesquisas, o caráter transversal e são abordadas, principalmente, quando se discutem os efeitos espaciais desses empreendimentos. Foi esse o ponto de partida da análise feita nesse artigo. Portanto, do que se disse até aqui permite não só negar a tese de que pouco se tem pesquisado sobre os megaprojetos em Moçambique, conforme tem sido dito, mas também assinalar que, apesar dos avanços registrados, há aspectos importantes sobre esses empreendimentos que reclamam uma maior atenção.

De fato, no esforço para visibilizar tais aspectos que aos *olhos* do Estado e dos megaprojetos são meros apêndices, tomamos por emprestado a fala da Dona L. que após horas de conversa recorreu à expressão *nyoka haina reverse*, provérbio em língua *Shona* que significa *a cobra não volta pra trás*, para destacar o caráter irreversível das mudanças induzidas pelos megaprojetos em Moatize. Aparentemente simples; este adágio popular permite entender as alterações ocorridas em Moatize com o início da extração do carvão mineral, não só como um fato consumado pra o qual não há retorno, mas também nos instiga a pensar que as comunidades já se aperceberam que o discurso de universalização dos benefícios dos megaprojetos, no qual sobressai o emprego e a melhoria da qualidade de vida, não passa disso. Além do mais, tal discurso oculta as relações assimétricas entre os sujeitos sociais e os megaprojetos, dando a impressão de que todos se beneficiarão de igual forma com o projeto (BRONZ, 2011).

Sem dúvidas, o início da extração do carvão mineral em Moatize transformou o cotidiano das comunidades atingidas pelos empreendimentos da Vale e Riversdale. Com efeito, além da mudança dos locais de residência, em função do deslocamento compulsório, concomitante a isso, os símbolos e os objetos/referenciais que eram parte de sua identidade e do dia-a-dia foram transformados, separados e/ou destruídos. O Rio Revubué, um dos elementos simbólicos mais destacados pelos moradores, tornou-se um local proibido, no sentido de que, as comunidades, sobretudo as de Mwaladzi e Cateme não têm acesso a ele devido às distâncias que as separa do Rio.

Sabe-se, no entanto, que esse Rio carrega consigo diversos significados, quer como ponto de encontro e de lazer (banho) entre as famílias e amigos, principalmente adolescentes,

quer como local de trabalho (cultivo de hortícolas, lavar roupa) e/ou de produção. Em qualquer um desses sentidos, o Rio se apresenta como um elo entre a população, o trabalho e a vida social dessas comunidades, ou seja, ele simboliza a vida e o cotidiano dos grupos sociais atingidos, por isso separá-los implica um rompimento com a vida e a dinâmica social dessas comunidades.

À semelhança do Rio, a antiga casa, o local de lazer e a *machamba* foram separados, destruídos e/ou encobertos pelas forças da modernização capitalista que, buscam através dessa ação apagar esses lugares do imaginário das comunidades atingidas. Porém, como diria Yi fu Tuan (s/a, s/p.), o lugar permanece como lembrança de tempos passados, daí que "as pessoas se afastam, vão embora, mas permanecem ligados aos lugares, ou seja, os objetos seguram o tempo."

De resto, o que se pode dizer é que o modelo de desenvolvimento capitalista adotado em Moçambique, que elegeu a mineração como sua engrenagem principal, foi pensado na perspectiva de colocar sobre os ombros das comunidades atingidas pelos megaprojetos o fardo de todo o processo, o qual resulta invariavelmente, na perda da autonomia, dos referenciais sobre os lugares, nas mudanças nas formas de relacionamento entre as pessoas, bem como na destruição de alguns símbolos socialmente construídos ou herdados da natureza.

Portanto, tendo em conta que o símbolo contém o poder e simboliza, *pari passu*, a vida, conforme Castells (2000), pode se afirmar que o início da extração do carvão mineral e/ou sua logística fragilizou o poder das comunidades e rompeu com a vida e a dinâmica social dos atingidos, o que prediz a ruptura e a decadência da vida cotidiana.

Enfim, em Moatize, as modificações em curso carregam consigo uma parte da história, dos sentimentos e das paixões das famílias, ao serem forçadas a desfazer-se dos seus laços e seus símbolos historicamente construídos e o trecho que serve de epígrafe é testemunho disso.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda de. A captura do cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. *In*: ALMEIDA, Maria Geralda de (Org.). **Tantos cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: Editora Vieira, 2005. p.321-347.

ANTONAZ, D. **Na escola dos grandes projetos**: a formação do trabalhador industrial na Amazônia. 1995. 306f. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro (RJ). 1995.

BASSEY, Nnimmo. **Aprendendo com a África**: a extração destrutiva e a crise climática. Tradução de Boaventura Monjane e Michelle M.V. Hepatian. Rio de Janeiro: Consequência, 2015. 228p.

BATA, Eduardo J. **Entre estatais e transnacionais, "quantos ais"**: efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique. 2018. 565f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós- Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia (GO). 2018.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: transformação das pessoas em mercadoria. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2008. 199p.

BENKO, Georges. **Economia espaço e Globalização na aurora do século XXI**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. 266 p.

BRONZ, D. **Empreendimentos e empreendedores**: formas de gestão, classificações e conflitos a partir do licenciamento ambiental, Brasil, século XXI. 2011. 255f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2011.

CORREA, Roberto L. Espaço, um conceito-chave da geografia. *In*: CASTRO, Ina Elias; BECKER, Bertha. K.; GOMES, Paulo C. C (Orgs.). **Geografia**: conceitos temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15- 48

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: era da informação, economia. São Paulo. 2000. 352p.

CASTEL-BRANCO, C. N. Economia extrativa e desafios de industrialização em Moçambique. **Cadernos do Instituto de Estudos Sociais e Econômicos, IESE**. n.1. jul. p.1-100, 2010.

_____. Os Mega Projetos em Moçambique: Que contributo para a Economia Nacional? *In*: Fórum da Sociedade Civil sobre Industria Extractiva, Museu de Historia Natural, 2008, Maputo. **Anais...** Maputo: IESE, 2008. p.1-18.

CHIZENGA, Anselmo P. **Mineração e Conflito Ambiental**: disputas em torno da implantação do megaprojeto da Vale na bacia carbonífera de Moatize, Moçambique. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós- Graduação em Sociologia, IFCH, UFRGS. Porto Alegre, 2016.

CRESSWELL, T. **Place**: what is place? Elsevier, p. 1- 9, 2009.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeano de Freitas: Rio de Janeiro, Paz e Terra. Estudos latino - americano. v.12, 1978. 201p.

GIOMETTI, Analúcia B. R dos; PITTON, Sandra Elisa C.; ORTIGOZA, Silvia A. G. **Leitura do espaço geográfico através das categorias:** lugar, paisagem e território. Conteúdos e didática de geografia. Univesp. p. 1 - 8. s/a.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (GEAL). *Mineração transnacional e resistências sociais na África e na América Latina: experiências de resistência e de mobilização social frente às estratégias corporativas das companhias Vale (Brasil) e AngloGold Ashanti (África do Sul) na Argentina, Colômbia, Peru, Angola e Moçambique*, 2011, Lapaz, IBASE, 2011, 36p. Disponível em: <http://www.dialogosdos povos.org/pdf/liv_ibase_mineracao_port_REV2.pdf>, Acesso em: 25 maio. 2015.

HAESBAERT, Rogério. **Regional - Global:** dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2010. 208p.

_____. Territórios alternativos. 2. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Território e desenvolvimento:** diferentes abordagens. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

HARVEY, David. O novo imperialismo. Tradução de A. Subral e M. S. Gonçalves. 6.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004

HUMAN RIGHT WACTH. *O que é uma casa sem comida?* O boom da mineração de carvão e o reassentamento. USA: 2013. ISBN: 978-1-6231-30152. 141p. Disponível em: <https://www.hrw.org/sites/default/files/reports/mozambique0513port_ForUpload_0.pdf>. Acesso em: 8.jun.2015.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo.** 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2004. 252p.

MACARINGUE, Ernesto J. **Modernização da agricultura no Distrito de Monapo em Moçambique no contexto da redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2017.** 2018. 313f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia. Goiás, 2018.

MÁRIO, Tomás V. Já ninguém bate palmas... em Palma. In: MARIO, T. V. **Indústria extrativa e comunidades locais.** Maputo: SEKELEKANI. jul. 2013. p.5 -12.

MARTINS, José Souza de. A chegada do Estranho. São Paulo: Editora Hucitec. 1993. 179p

MATOS, Elmer A. Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria V. Acesso a terra e exploração mineira em Moçambique: que implicações para as comunidades locais. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v.9, n.17, p.599-621, abr., 2014.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011. 1094p.

MOÇAMBIQUE. Assembleia Popular. **Lei n. 3/93**, de 24 de junho de 1993, publicado no Boletim da Republica (BR), I Serie n.16, Maputo: Imprensa Nacional, 24 de junho de 1993.

PERPÉTUA, Guilherme M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha**: a territorialização do capital arboreocelulósico no Brasil contemporâneo. 2016. 370f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente. São Paulo, 2016.

RACHMAN, Gideon. **O mundo soma- zero: política, poder e prosperidade no atual cenário global**. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 250p.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução Maria Cecília França e Rosemarie Zenith de Oliveira. São Paulo: Editora Ática S.A. 1993. 269 p.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.125p.

_____. *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: EdUSP, 2002. 285p.

SILVA, Vicente Paulo de. **Grandes projetos e transformação no sentido de lugar. Caminhos de Geografia - revista on line**, Uberlândia, v.8, n.21, p. 18 - 28, jun. 2007.

SILVA, Rene G. S; SILVA, Vicente P. de. **Grandes projetos de investimento e seus efeitos socioespaciais no território**: transformações na identidade dos atingidos do assentamento olhos d'água em Uberlândia (MG). p.1-14. s/a.

STAVENGAGEN, Rodolfo. *Indigenous peoples: land, territory, autonomy, and selfdetermination*. In: ROSSET, Peter, PATEL, Raj e COURVILLE, Michael (Edit.). **Land promised**: competing visions of agrarian reform. New York: Food first book, 2006. p. 208-217.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. *Por uma geografia do trabalho*. In: IV Colóquio Internacional de Geo Critica, 2002, Barcelona. **Anais...** Barcelona, 27 a 30 de maio de 2002.

THUKRAL, Enakshi G. *Displacement and protecting the rights of children*. In: MEHTA, Lyla (Edit.). **Displaced by development**: confronting marginalisation and gender injustice. New Delhi: Sage publications India, 2009. p. 80-102.

VAINER, Carlos. B.; ARAÚJO, F. B. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992. 155p.

VAINER, Carlos B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.9, n.1, p. 9-23, maio. 2007.

XIONG, Yi. O papel dos mega projetos e o seu peso no emprego e no crescimento. *In*: ROSS, Doris C (Coord.). **Moçambique em Ascensão**: construir um novo dia. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional, 2014. p.29-39.

WET, Chis de. **Development-induced displacement**: Problems, Policies and People. *Studies in forced Migration*, v.18, s.l. : Berghan Books. 2006.

WORLD STEEL ASSOCIATION. **World steel in figures 2018**. Belgium. ISBN 978-2-930069-89-0. 2018.

ZHOURI, Andre, LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. *In*: ZHOURI, A., LASCHEFSKI, K (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**: um novo campo de investigação. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010. p.1-10.

Sobre o autor e a autora

Eduardo Jaime Bata

Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás – IESA/UFG. Professor na Universidade Pedagógica de Nampula-Moçambique

Celene Cunha Antunes Barreira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1978), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (1989) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é Professora Titular na Universidade Federal de Goiás e Diretora do Instituto de Estudos Socioambientais- IESA (2014-2018). Integra o corpo docente do Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia (doutorado e mestrado) do IESA/UFG e o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Projeto e Cidade) da Faculdade de Artes Visuais da UFG. Nessa mesma instituição exerceu as funções acadêmicas de Tutora de PET-Geografia/UFG (1997-2003). Diretora do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA)/UFG (1998-2002 e 2014-2018), Pró-Reitora de Graduação/UFG (2002-2006). Fez parte da equipe de Avaliação da Pós-graduação da CAPES, na área de Geografia entre 2010-2014. Tem experiência em pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional e Planejamento Urbano e Regional atuando principalmente nos seguintes temas: análise regional, desenvolvimento regional, configuração físico-territorial, Cerrado, cidade e Regiões Metropolitanas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1038300875963340>

Artigo Recebido em Outubro de 2018.

Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2018.